

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E UM DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DOZE -----

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e doze, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente-----

2. Ata-----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Derrama 2013;-----

b) Fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M.I.), para 2013;---

c) Participação Variável no IRS, para 2013 – Fixação da percentagem;-----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA-----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Ramiro Francisco Guiomar Beja, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Nuno Alexandre Vilhena Braz, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Luís de Assis Candeias J. Silva do Ó, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Não compareceram os membros: Alexandre António Cantigas Rosa, José Élio Sucena, António João Antunes Isidoro e Fernando Augusto Pereira de Sousa.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, Arnaldo Frade, José Rosado, Óscar Ramos e Álvaro Beijinha.-----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

ALVALADE MEDIEVAL – COMEMORAÇÕES DOS QUINHENTOS E DOIS ANOS DO FORAL MANUELINO-----

Interveio o Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, para agradecer os apoios àquela iniciativa que teve mais uma vez lugar na Vila de Alvalade e oferecer aos eleitos presentes uma pequena lembrança da mesma que compreendia a reprodução de um

vaso do neolítico, achado arqueológico na Freguesia de Alvalade, um caderno com os patrocínios, relatos e ilustrações das iniciativas anteriores e ainda um lápis.-----
Referiu que mais uma vez foi possível realizar com êxito aquela iniciativa, graças ao empenho da Comunidade e aos apoios da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Ermidas, os quais agradeceu.-----
Acrescentou que a iniciativa, este ano, voltou a contar com o aumento do número de visitantes relativamente ao ano anterior, mesmo com a difícil situação económica/financeira que o país atravessa, o que era um estímulo para todos no sentido de prosseguirem com a realização da mesma no próximo ano, convidando, desde já, todos a participarem na Alvalade Medieval de dois mil e treze. -----
Informou ainda que estará patente ao público, durante mais uma semana, a exposição retrospectiva das edições anteriores. -----
O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a iniciativa Alvalade Medieval era, seguramente, a comemoração de recriação histórica da época medieval, das mais importantes do País, com uma particularidade, a mesma partiu da iniciativa da população que constituiu uma Comissão Organizadora, para o efeito, e obteve o apoio das autarquias locais e de outras entidades, sendo também de salientar a grande participação da juventude. Acrescentou que esta iniciativa, a par de outras que ocorrem no Município, mostra a pujança das freguesias e das populações. -----
Acrescentou que há pessoas que vêm do Norte do País, com trajes alusivos àquela época, por si custeados, a fim de participarem nas comemorações, e outros, como um casal natural daquela Vila que trabalha em Moçambique, o qual tira férias na altura daquela iniciativa para poder participar. -----
Mais referiu que todos os eleitos estão orgulhosos pela forma como têm decorrido as comemorações, felicitando, em nome do Município, a Organização e todos os que têm contribuído para a sua crescente relevância.-----

MOÇÃO – CÓDIGO DO TRABALHO – RETIRADA DE DIREITOS-----
Pelo Senhor Daniel Silvério, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“Tal como num passado recente, é necessário, no presente, continuar a luta contra a retirada de direitos, contra a redução de salários, contra a redução das retribuições, isto é, continuar a luta contra esta política neoliberal, como é o caso desta última revisão ao código do trabalho, autêntico roubo aos trabalhadores ou dizendo de outro modo, a legalização do roubo aos trabalhadores a mando dos interesses dos grupos económicos e do capital.-----

Não será difícil de comprovar que o acerto de contas da política de direita contra os direitos conquistados com o 25 de Abril, nomeadamente os constantes nas convenções coletivas, já começou há muito tempo, com as várias propostas de alteração à legislação de trabalho, no entanto a intensidade do ataque foi mais claro e explícito desde a apresentação das propostas que deram origem ao código de trabalho de 2003.-

Como se pode confirmar, com a leitura dos documentos apresentados pelos governos que foram os proponentes, nos quais fundamentaram ou fazem a exposição dos motivos, para a respetiva revisão ou alterações lá se afirmam a modernização do mercado de trabalho e das relações laborais, aumento da produtividade e competitividade, criação de emprego, proporcionar um mercado de trabalho com mais e diversificadas oportunidades, argumentações e fundamentações para esconder os seus verdadeiros objetivos e propósitos, a redução dos direitos, redução dos salários e

retribuições, reduzir os custos do trabalho, tentar acabar com a contratação coletiva, aumentando a exploração.-----

O aumento da TSU para os trabalhadores em 7 %, e a redução da mesma em 5,75% para os patrões, visa apenas financiar a SS para pagar indemnizações nos despedimentos do estado e ajudar os patrões a encherem os bolsos, pois não serve o mesmo para tirar o país da crise e muito menos para aumentar o emprego, isto mesmo já reconhecido pelos próprios patrões. -----

Todas estas medidas têm levado a um descontentamento generalizado, como são os casos das várias ações de protesto nos vários sítios onde os governantes poem os pés.-- Também no nosso concelho os trabalhadores estão indignados e lutam pelos seus direitos, como são o caso dos trabalhadores portuários com vários dias de greve, os trabalhadores da GALP que realizaram uma das maiores greves realizadas nos últimos tempos nos dias 17, 18 e 19 de setembro com 90% de adesão onde se produz o combustível em Sines e Matosinhos, onde não saiu nem um camião de combustível, e com a forte participação dos trabalhadores do consorcio de manutenção (precários), os trabalhadores da REN Atlântico que aprovaram não fazer nem uma hora extraordinária desde o dia 1 de agosto, e mais 3 dias de greve nos dias 3, 4 e 5 de Outubro, a EDP que estará em greve de 10 dias, por períodos renováveis a partir de 5 de Outubro. -----

Perante esta ofensiva cabe a esta assembleia municipal valorizar e apoiar todas as ações de luta realizadas e a realizar, como são o caso da manifestação promovida pela CGTP-IN para o próximo dia 29 de setembro, e também a marcha contra o desemprego que terá lugar entre 5 a 13 de outubro por todo o país e que passará no nosso concelho no dia no dia 10 de outubro. -----

Vamos dar cabo desta política. -----
Antes que esta política dê cabo do país.” -----

O Senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com 22 votos a favor, sendo 20 dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque e um do eleito do PS, Senhor Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

Quatro abstenções, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó.-----

Dois votos contra, dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

ERMIDAS SADO – CORTE DE SOBREIROS SECOS -----

O Senhor Alberto de Brito referiu que era urgente o corte de um sobreiro seco na Rua da entrada do Bairro Novo e outro por detrás da sede da Junta de Freguesia daquela Vila, porque, dos mesmos, caem, frequentemente, pernadas que podem atingir pessoas

ou viaturas. Acrescentou que já tinha colocado este assunto, há cerca de quatro meses, através de ofício dirigido à Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este assunto será tratado com os Serviços Municipais.-----

ERMIDAS SADO – CAMINHO MUNICIPAL DOS FALEIROS-----

O Senhor Alberto de Brito referiu que aquele Caminho tem buracos, os quais estão a ficar cada vez maiores, sendo necessária a sua reparação. Acrescentou que a Junta de Freguesia de Ermidas pediu à Câmara Municipal, há dois meses, massa asfáltica para tapar os buracos, mas até agora, não lhe foi fornecido este material, esperando que não se deixe arrastar a situação até ao inverno.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que está identificado um conjunto de caminhos onde serão feitas intervenções até ao final do ano em curso, não podendo precisar se aquele estava incluindo, informação que, posteriormente, dará ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas, Alberto de Brito.-----

ALVALADE – MANUTENÇÃO DO DEPÓSITO DE ÁGUA-----

O Senhor Joaquim Gamito perguntou se estava prevista alguma intervenção naquele equipamento, acrescentando que é necessário reparar algumas fissuras e proceder à sua pintura.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a empresa Águas Públicas do Alentejo tem prevista uma intervenção naquele equipamento, até ao final do ano em curso.-----

ALVALADE – ESTRADA PARA A TORRE VÃ E FORNALHAS-----

O Senhor Joaquim Gamito referiu que é preciso cortar o mato que cresceu demasiado nas bermas daquela via, causando danos nas viaturas, quando estas se cruzam. Acrescentou que se trata de uma via onde o trânsito aumentou significativamente com a entrada em funcionamento do Matadouro, sito perto das Fornalhas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que tomou nota do assunto, o qual será tratado com os Serviços.-----

Informou ainda que a Câmara Municipal tem em curso algumas intervenções importantes nas vias rodoviárias do Município, como aquela que decorre na Estrada de Santa Cruz, acrescentando que se trata de uma obra que teria um custo de um milhão e meio de euros, se fosse adjudicada, tendo a Câmara Municipal optado por encomendar o projeto e realizar as obras, nos troços principais, por administração direta, estimando que os custos se situem nos duzentos mil euros.-----

Mais referiu que o Município tem uma vasta e diversificada rede viária em que é preciso intervir, sendo necessário estabelecer prioridades, tendo em conta o volume de circulação de cada uma.-----

Informou ainda que a Câmara Municipal interveio junto da empresa Estradas de Portugal, no sentido da reparação da EN120, entre as Cumeadas e o nó do Roncão, a qual já foi concluída.-----

SUSPENSÃO DAS OBRAS NO IP8/A26-----

O Senhor João Saraiva de Carvalho referiu que tinha colocado a questão da situação daquelas obras nas anteriores sessões da Assembleia Municipal e que o voltava a fazer, no sentido de obter mais alguma informação sobre o assunto, tendo em conta as últimas notícias sobre o mesmo. Acrescentou que gostaria de saber como vão ficar os

desarranjos que foram efetuados nos terrenos adjacentes ao IP8 e na Estrada do Roncão, entre outros, cujos escombros mais parecem o resultado de uma guerra civil, do que a intervenção numa via.-----

Questionou ainda sobre o eventual pagamento de portagens nos troços com perfil de autoestrada.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os municípios do Litoral Alentejano e do Distrito de Beja foram surpreendidos pelo teor do comunicado da empresa Estradas de Portugal que saiu na Comunicação Social, dado que não foi dada qualquer informação prévia aos municípios sobre o assunto, acrescentando que, em junho do ano em curso tinha, conjuntamente com alguns presidentes de juntas de freguesia, reunido com o novo Presidente daquela empresa, o qual informou que iria iniciar as negociações com o Consórcio Estradas da Planície, sobre a revisão do IP8/A26, tendo, na altura, a Câmara Municipal dado conhecimento à população, através de comunicado, desta informação e de outras matérias tratadas naquela reunião. Acrescentou ainda que naquela reunião questionou o Presidente das Estradas de Portugal sobre a admissibilidade de deixar as obras como estão, tendo o mesmo respondido com um gesto afirmativo.-----

Mais referiu que no comunicado da empresa Estradas de Portugal à imprensa, foi anunciado que houve um acordo com o Consórcio Estradas da Planície, no qual ficou previsto, só no que respeita ao Município de Santiago do Cacém, a manutenção do perfil de autoestrada entre Sines e Relvas Verdes e entre Sines e a Cidade de Vila Nova de Santo André, o qual já existia antes da subconcessão, e o abandono do perfil de autoestrada e a passagem das obras para as EP, no troço entre Relvas Verdes e o nó do Roncão (IC33).-----

Informou que a Câmara Municipal solicitou à Direção das Estradas de Portugal uma cópia do Memorando assinado com o Consórcio Estradas da Planície, para saber em que termos e o que foi realmente acordado, dado que não foi dada informação aos Municípios sobre o assunto e no comunicado apenas se refere a obra física e a poupança de capital, sem que seja dita uma palavra sobre a questão das rendas.-----

Informou ainda que, no dia vinte do mês em curso, recebeu um telefonema do Presidente das Estradas de Portugal, o qual referiu o assunto da forma resumida e informou que o Consórcio estava em negociações com entidades financeiras, para obtenção de financiamento, recomendando que os eleitos tivessem algum cuidado nas suas reações, de forma a não prejudicar o resultado das negociações, sendo esta a sua preocupação. Acrescentou que lhe respondeu que a sua preocupação, como eleito, era com o desenvolvimento do Município e da Região e os impactos negativos dos termos acordado, questionando sobre o que as Estradas de Portugal pensavam fazer em todos os terrenos esventrados que expropriaram, aos viadutos e outras obras em betão, aos taludes perigosos ao longo das vias, às terraplanagens, ao nó do Roncão, incompleto, aos morros que ficaram com postos de média tensão em cima, ao nó da Badoça/Hospital do Litoral Alentejano, ao enorme estrago de um corredor turístico da maior importância, para além dos estragos semelhantes nos outros municípios vizinhos, até Beja, questionando também sobre a questão das portagens, não tendo aquele responsável conseguido responder, dizendo somente que tinham poupado muito dinheiro, remetendo as culpas desta situação para o anterior Governo. Informou também que a cópia do Memorando com o Consórcio não podia ser fornecida por conter matéria sigilosa.-----

Mais informou que transmitiu ao Presidente das Estradas de Portugal que se tratava de uma decisão muito má para a economia da Região e do País, por estar em causa uma

via estruturante, pela qual os autarcas e populações lutaram toda a vida, tendo em conta os investimentos no Porto de Sines e no Aeroporto de Beja e a sua ligação a Espanha.

PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE OBRAS A SUSPENSÃO DAS OBRAS NO IP8/A26

Pelo Senhor João Saraiva de Carvalho, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentado a seguinte Moção com um voto de repúdio sobre o assunto em epígrafe.

“Em nome da bancada da CDU, e face às explicações dadas pelo Sr. Presidente, proponho um voto de repúdio pela decisão do governo em cessar as obras na A26, infraestrutura fundamental não apenas para o desenvolvimento do nosso concelho e da região, mas também para o desenvolvimento do país. Esta decisão traduzir-se-à numa perda na qualidade de vida das populações locais que vivem nesta obra, há muito, um fator de progresso. Por outro lado, é inadmissível que uma obra onde já foram gastos muitos milhões de euros, fique sem qualquer utilidade e se transforme num perigo para a segurança rodoviária dos cidadãos.

A Assembleia Municipal reclama o retomar imediato das obras para que as mesmas sejam concluídas o mais rapidamente possível, reclamando ainda que a tutela torne público o memorando de entendimento com o concessionário que levou à tomada desta medida, pelo princípio da transparência.”

Acrescentou ainda que para além desta Moção, gostaria também de deixar a ideia de se voltarem a organizar manifestações, com marchas lentas, naquela via, para que os órgãos de informação venham ver os destroços do que deveria ser uma autoestrada.

O Senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão.

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, referindo que a notícia publicada no jornal “Diário Económico” sobre aquelas obras, para além do que já foi dito, acrescentava que eram suspensos os trabalhos de duplicação do IP8/A26, entre as Relvas Verdes e o Roncão, permanecendo a atual via no objeto sub-concessionado, questionando sobre o significado desta afirmação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que significava que aquela via, entre as Relvas Verdes e o Roncão ficava com o mesmo traçado que tinha (um mais um), o atual IC33, deixando de estar na subconcessionária, passando para as Estradas de Portugal.

Mais referiu que o problema não era só o facto daquele traçado não vir a ter perfil de autoestrada, mas também a situação em que é deixado um corredor turístico da maior importância, com destroços por todo o lado, numa agressão inadmissível à paisagem de arvoredo que se avista no espaço ao longo daquela via, a qual caracteriza o Litoral Alentejano, onde agora despontam monstros de betão abandonados, pondo também em causa a segurança rodoviária.

Interveio novamente a Senhora Dulce Rito, referindo que estava em causa a perigosidade acrescida naquela via, na situação em que se encontra, a qual se irá agravar com as chuvas, bem como o facto de não ser aceitável o abandono das obras daquela forma, acrescentando que quando um contrato não é cumprido, da sua anulação, deverá resultar a reposição da situação inicial. Pelo que, os municípios podem exigir as correções necessárias que reponham a situação do terreno, tal como estava antes daquela intervenção.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que são muitas as questões que se levantam e que precisam de ser esclarecidas, daí a necessidade de se conhecer os termos do Memorando, acrescentando que no comunicado das EP, só se fala em

poupança, mas não refere o que foi dado ao Consórcio, assim como não refere a questão das portagens, quando foram construídas estradas paralelas aos troços com perfil de autoestrada, mas sempre foi dito que só iria haver portagens a partir do nó do Roncão. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

RÁDIO LOCAL “ANTENA MIRÓBRIGA” – PROBLEMAS DE FUNCIONAMENTO-----

Pelo Senhor Luís de Assis C. J. Silva do Ó, eleito do PS, foi feita a seguinte declaração, sobre o assunto em epígrafe:-----

“Realizo esta intervenção a título pessoal.-----

Os últimos dias têm sido muito intensos para todos aqueles que gostam e reconhecem a importância da Antena Miróbriga. As populações, os ouvintes, os funcionários, os colaboradores, enfim, toda a gente que algum dia teve contacto com a rádio tem vivido dias de enorme sobressalto com a decisão tomada na última Assembleia Geral da Antena Miróbriga, que autorizou a Direção a abrir portas à venda do imóvel da sede, onde funcionam os estúdios, e ao valioso alvará de radiodifusão. -----

A Miróbriga é, provavelmente, o órgão de comunicação social mais relevante em todo o Litoral Alentejano e a sua eventual venda não significará somente uma mudança de proprietário. Quem acompanha a realidade das rádios sabe que o que está em causa é, pura e simplesmente, o desaparecimento de uma rádio com vocação local e regional para se transformar num mero retransmissor de sinal. Foi assim com dezenas de rádios locais, recordando, como exemplo, a outrora muito forte Rádio PAL, de Palmela. -----

Colaboro com a Miróbriga desde uma época anterior à sua fundação. Assisti, ainda muito jovem, às primeiras reuniões no Salão Paroquial, estive nos primeiros treinos realizados igualmente no Salão Paroquial. Mais tarde, frequentei a formação que nos foi dada por profissionais da Rádio PAL e logo que começámos a emitir tive o meu primeiro programa. “Sobre Tudo”, em 1987, feito em conjunto com o meu primo Rogério Ferreira do Ó, foi uma janela de Santiago do Cacém para o mundo. Tudo o que sucedeu nos anos seguintes é algo de tão inesquecível e mágico que só quem os viveu, por dentro, consegue compreender. Todavia, os anos passaram, a rádio legalizou-se e ganhou um alvará. Cresceu. E cresceu de tal modo que em meados dos anos 90 a Antena Miróbriga era uma das principais e mais fortes rádios locais do país. Daqui saíram profissionais que hoje estão nos principais grupos de comunicação social nacionais. Tanto em televisão, como em rádio ou na imprensa escrita. A Antena Miróbriga foi uma escola notável e com um dinamismo avassalador. Foram os tempos do “Rádio Escola”, com emissões feitas num estúdio-móvel e em direto das escolas. Foram os tempos dos festivais e concertos de música, numa época em que encher o Castelo de Sines não era tão simples quanto isso. Foram os anos de se erguer os “Melhores de 94”, um acontecimento grandioso a fazer lembrar a entrega dos óscares ou dos globos de ouro. Foi a era em que a Miróbriga ergueu iniciativas nacionais de grande impacto, como os Concursos Nacionais de DJ’s. Tudo isto sem abandonar o espírito da rádio em direto e de proximidade, com reportagens de dia ou de noite, sempre a trabalhar para os ouvintes. Quantos ouvintes, uns mais jovens, outros de uma certa idade, muita gente que vivia sozinha ou em locais mais isolados da nossa região se sentiam como se fossem da nossa própria família? Que tinham na rádio mais do que uma companhia? Os ouvintes sempre estiveram ao lado da rádio nos momentos bons, mas, também, nos momentos em que o céu parecia querer desabar sobre a estação.

Foram muitas as iniciativas para obtenção de receita que a Antena Miróbriga promoveu. Algumas delas em locais grandes e totalmente cheios de gente disposta a colaborar, gente que nunca virou a cara à sua rádio, à sua Antena Miróbriga. -----
Mais de uma década passou desde os tempos de glória, mas a estação sempre se manteve como uma referência para Santiago do Cacém e para todo o Litoral Alentejano. E foi com surpresa que surgiu esta forte possibilidade de se vender tudo. ---
Além de antigo e atual colaborador sou igualmente cooperador da Antena Miróbriga e oponho-me frontalmente a que se venda tudo sem que se tente um último e efetivo esforço. E que se venda sem conversar com quem ergueu esta rádio - os colaboradores e funcionários; ou com quem foi a razão da sua existência - os ouvintes. É preciso tudo fazer para que o nosso concelho e o Litoral Alentejano não percam uma estação de rádio como a Antena Miróbriga. -----
Enquanto cooperador fiquei otimista na penúltima Assembleia Geral porque mesmo com nuvens cinzentas se perspetivou o futuro. Foi assumido o compromisso de ser elaborado um projeto global, a ser apresentado aos cooperadores. Ideias diversas foram lançadas, entre contactar entidades públicas ou privadas. E muitos defenderam que a rádio devia informar toda a gente sobre as dificuldades que enfrentava. Que, tal como no passado, os ouvintes fossem informados e se pedisse a sua ajuda. Porém, surpresa das surpresas, na Assembleia seguinte, na última, em 7 de setembro de 2012 - em que não pude comparecer por motivos de saúde -, nada disso sucedeu e em vez de ser apresentado um projeto foi apresentada uma proposta de deliberação para que a Direção pudesse vender o imóvel e o alvará. -----
Foi por esta iminente venda que surgiu um movimento espontâneo e que, em apenas 48 horas, agregou 78 subscrições a um texto onde se apela para que a Direção não opte por essa drástica solução. 78 atuais ou antigos colaboradores deram as mãos nesta causa que ultrapassa em muito quem algum dia colaborou com a rádio. Os apoios e os comentários recebidos, tanto por via da página do facebook como por telefonemas - que sei que muitos dos subscritores estão a receber - é a prova que a Antena Miróbriga está viva. -----
Termino com um apelo. -----
Neste momento tão complicado das nossas vidas é ainda mais importante que se consiga encontrar uma solução para a nossa rádio. Apelo, assim, e em primeiro lugar, a esta Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente desta Assembleia e ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido de se promoverem esforços de modo a que se encontre uma solução que não passe pela venda e encerramento da estação. -----
E, apelo ainda, para que todas as entidades públicas e privadas do Litoral Alentejano sejam chamadas a colaborar nesse esforço, que não pode ser apenas de uma entidade, mas de todas. De todas elas e de todos nós, cidadãos e ouvintes da Antena Miróbriga.-
A Antena Miróbriga não pode acabar!” -----
O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por referir que era grave e muito complicada a situação que a Rádio Local enfrenta. -----
Acrescentou que se trata de uma Rádio com importância regional e nacional, com um grande historial positivo de ligação às populações das diferentes localidades do Município, com uma capacidade própria de realização de iniciativas culturais e de angariação de fundos para a suas necessidades financeiras e com grandes profissionais, do melhor que existe na Rádio, auferindo os salários possíveis. -----
Mais referiu que a situação se prende com dívidas de curto e médio prazo, mas pensa que é possível encontrar soluções, acrescentando que esta deverá ser uma preocupação

de todos, porque embora não sendo uma rádio municipal ela é importante para toda a Comunidade, a qual deverá lutar para que não venha a cair em mãos menos adequadas, com interesses diversos que não têm a ver com a salvaguarda do seu património, com a cultura e o desenvolvimento local, com a proteção civil, com o levar a informação, de forma rápida, aos diversos pontos de um Município tão vasto. -----

Acrescentou que se trata de uma Rádio independente, organizada em Cooperativa e associada na AIRC, rádios de inspiração cristã, com capacidade para continuar, e que o Manifesto tornado público sobre a situação que enfrenta é um grito de alerta à Comunidade. -----

Informou que já reuniu com o Presidente da Direção e com todos os profissionais da Rádio, os quais, apesar de terem remunerações em atraso, mostraram força e uma grande vontade de prosseguir com a sua atividade naquela Rádio, da qual também são cooperantes. Acrescentou que pretende promover, rapidamente, outra reunião com o Senhor Presidente Ferrer, no início da próxima semana, para nova abordagem da situação.-----

Concluiu, referindo o seu agrado pela intervenção do senhor Luís do Ó, comungando das suas preocupações. -----

O Senhor Presidente referiu que a Mesa da Assembleia Municipal e todos os membros da Assembleia se solidarizam com o exposto pelo Senhor Luís do Ó, assim como todas as pessoas que querem ajudar no sentido de encontrar uma solução para a Rádio Antena Miróbriga.-----

Acrescentou que viu nascer aquela Estação de Rádio, a qual veio a desempenhar um papel informativo e cultural importante junto das populações, considerando que é de todo o interesse organizar vontades para uma saída digna da Antena Miróbriga da situação em que se encontra.-----

O Senhor Luís do Ó agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acrescentando estar convicto de que se conseguirá resolver a situação apesar da mesma não ser simples. -----

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PRONÚNCIA SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

O Senhor Presidente deu conhecimento de que a Mesa da Assembleia Municipal, na sua reunião de vinte de setembro de dois mil e doze, decidiu marcar, para o dia doze de outubro de dois mil e doze, uma Sessão Extraordinária e Pública, com início às vinte e uma horas, no Auditório Municipal António Chainho, na Cidade de Santiago do Cacém, sobre o assunto mencionado em epígrafe, para a qual será enviada convocatória aos membros da Assembleia Municipal e da mesma será dada publicidade, com um convite à população, para nela participar, tendo em conta a matéria em discussão.-----

CONVITE – LANÇAMENTO DE LIVRO -----

O Senhor Luís do Ó, entregou, a título pessoal, a todas as Bancadas e Executivo Municipal, um convite para a sessão de lançamento de um livro sobre música, de que é autor, a qual terá lugar, no dia vinte e sete de Outubro, no Casino do Estoril. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Regina Emílio, presente na Sala de Sessões e inscrita para o efeito.-----

A Senhora Regina Emílio começou por referir que vinha mais uma vez, tal como aconteceu na sessão Ordinária do mês de junho do ano em curso, expor a situação relativa ao ruído na sua habitação, sita na Cidade de Vila Nova de Santo André, no mesmo prédio do estabelecimento “Café Ponto Azul”, cujo equipamento produz ruído e vibrações que perturbam o seu descanso, levando a uma progressiva degradação do seu estado físico, não tolerando mais esta situação, a qual se arrasta desde o ano de dois mil e cinco. Acrescentou que não tendo a Câmara Municipal conseguido resolver o problema, vem solicitar à mesma uma habitação no Município, onde vive há trinta e dois anos, na qual possa viver de forma condigna e em sossego, porque não pode continuar a viver daquela forma, pondo em causa a sua saúde. -----

Acrescentou que foi feita uma terceira medição do ruído, mas não houve qualquer desenvolvimento positivo da situação, no sentido da resolução do problema. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual a passou ao Senhor Vereador Álvaro Beijinha, com competências delegadas nesta matéria, tendo este começado por referir que na sessão de junho da Assembleia Municipal já tinha dado alguns esclarecimentos sobre este assunto e que, posteriormente, solicitou à CIMAL que procedesse a nova medição do ruído com a maior brevidade possível, o que aconteceu. Contudo, o Relatório que lhe chegou informa que os níveis de ruído estão dentro das normas legais em vigor. -----

Acrescentou que não punha em causa o exposto pela Muniçipe, mas esta era a terceira medição efetuada ao ruído produzido naquele estabelecimento, tendo o técnico pedido que fossem ligadas outras máquinas ali existentes, sem que, mesmo assim, tenham resultados valores que ultrapassassem os parâmetros definidos na lei, conforme consta no Relatório. Mais informou que também lhe chegou uma informação da GNR, chamada ao local, pensa que pela Senhora Regina Emídió, na qual refere que não foram detetados problemas. -----

O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra à Senhora Regina Emídió, a qual recordou que na primeira medição, feita em dois mil e seis, foi apurado um valor de catorze decibéis, ficando acima do valor previsto na lei, naquela altura, não tendo a Câmara Municipal atuado. Acrescentou que os gastos nas medições foi dinheiro deitado fora, porque as mesmas não serviram para resolver o problema. -----

Mais referiu que o problema reside no facto da construção do prédio ser de betão e ferro, pelo que, o funcionamento do equipamento em causa provoca vibrações na estrutura do mesmo, de tal forma que, ao colocar a cabeça na sua almofada, ouve o ruído dos compressores do estabelecimento (são três compressores e duas ventoinhas), o que não lhe permite descansar, crescendo ainda o facto de se registar um aumento da temperatura nalgumas divisões da sua habitação. -----

Concluiu referindo que não era admissível o arrastamento desta situação desde dois mil e cinco. -----

O Senhor Vereador Álvaro Beijinha informou que quando foi feita a primeira medição a Câmara Municipal atuou e o proprietário do estabelecimento efetuou obras de insonorização, para redução do ruído, tendo a Câmara Municipal, através dos Serviços da CIMAL, efetuado, posteriormente, nova medição, para verificar se os valores do ruído cumpriam com os parâmetros definidos na legislação, o que se veio a comprovar. Mais referiu que o facto de as medições comprovarem que a lei é cumprida, não impede que, passadas algumas horas, o mesmo já não aconteça, situação que é difícil controlar. -----

Referiu ainda que, se a Muniçipe considerava que a Câmara Municipal não lhe resolvia

o problema, podia também recorrer para o Tribunal, o qual tem competências para tratar de conflito entre particulares.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que conversou sobre este assunto, na Câmara Municipal, com o proprietário daquele estabelecimento, Dr. Mendes, no sentido do mesmo desligar o equipamento que está na origem do problema, o qual referiu ter ficado estupefacto com a situação exposta e garantiu que os compressores e as máquinas estão desligados, durante a noite.-----

A Senhora Regina Emílio referiu que podia ser comprovado no local que não era verdade o que foi dito pelo proprietário do estabelecimento, pessoa que não lhe merecia credibilidade, tendo relatado alguns episódios que aconteceram com o mesmo, no sentido de justificar a sua afirmação. -----

O Senhor Presidente referiu que a Muniçipe estava cheia de razão no que dizia respeito ao seu direito ao descanso. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal tem de atuar em conformidade com a Lei, não vendo da parte da mesma falta de vontade na resolução do problema, o qual deixa todos incomodados, considerando que seria muito mais agradável que o mesmo já tivesse sido solucionado. -----

-----ORDEM DO DIA-----

1.Expediente-----

O Senhor Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de junho de dois mil e doze, até ao dia dezanove do mês de setembro de dois mil e doze, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dezasseis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Atas -----

O Senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 03** da Sessão Ordinária de 29 de junho de 2012, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e seis votos a favor e duas abstenções, do Senhor Pedro Miguel C. Pereira Gamito, eleito da CDU e da Senhora Sandra Maria Brás Coelho, eleita do PS, por não terem estado presentes naquela reunião. -----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----

--- a) Derrama/ano de 2013 -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Que seja lançada a Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), a cobrar no ano de 2013, que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do Município, com vista ao reforço da capacidade financeira.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos da alínea b) do artigo 10º e do nº1 e 2 do artigo 14º da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro, e da alínea a) do nº6 do artigo 64 da Lei nº169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira,

Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e dois dos eleitos do PSD, senhor Nuno Alexandre Vilhena Braz e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Seis abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.”-----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Maria Dulce Rito Almeida, eleita do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “A Bancada do PS absteve-se, tendo em conta também a fundamentação da declaração de voto dos Vereadores do PS, e, tal como os mesmos, estamos cá para fiscalizar e apreciar determinadas medidas que nos parecem urgentes, em especial no tocante às empresas do nosso Município. No último Relatório de Contas verificou-se que havia dívidas a empresas do Município muito para além de 90 dias, daí que, a Bancada do PS, na Assembleia Municipal, fica a aguardar que o Executivo Camarário a informe de que aderiu ao proposto Programa de Apoio à Economia Local, de acordo com a Lei 43/2012, de 28 de agosto.”-----

Pelo Senhor Rui Manuel Madeira dos Santos, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Sobre Fixação das taxas de IMI, lançamento da Derrama e participação no IRS, para o ano de 2013. -----

Os eleitos da CDU votaram favoravelmente as propostas apresentadas pela Câmara Municipal pelas seguintes razões:-----

1. Concordam com a opção de não ocorrer em 2013 um agravamento das taxas do IMI, quer para os prédios avaliados quer para os restantes, dada a situação muito difícil que as famílias e os cidadãos estão a viver.-----

2. Concordam com a manutenção dos valores da Derrama e do IRS pois são verbas já estabelecidas em anos anteriores e visando contribuir para a execução da imensa obra social que o município tem vindo a desenvolver.-----

Os eleitos da CDU não deixam de registar o despudor dos eleitos do PS no órgão executivo municipal expressa na declaração de voto que tivemos conhecimento. -----

Foi a governação do PS quem retirou sucessivamente verbas aos municípios estimando-se em cerca de 840 milhões de euros nos últimos anos da sua governação pelo incumprimento da Lei de Finanças Locais.”-----

--- b) Fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M. I.) -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar as seguintes taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M.I.) a incidir sobre o valor patrimonial tributário, a vigorar em 2013:-----

- Para prédios urbanos - 0,7%. -----

- Para prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,4%. -----

FUNDAMENTOS:– De acordo com as alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis publicado em anexo ao Decreto-Lei

n.º.287/2003, de 12 de novembro e o disposto na alínea a) do n.º.6 do art.º. 64 da Lei n.º. 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de janeiro.” -----
O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e dois dos eleitos do PSD, Senhor Nuno Alexandre Vilhena Braz e Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----
Seis abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.”- -----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Maria Dulce Rito Almeida, eleita do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “A Bancada do PS absteve-se, tendo em conta também a fundamentação da declaração de voto dos Vereadores do PS, e, tal como os mesmos, estamos cá para fiscalizar e apreciar determinadas medidas que nos parecem urgentes, em especial no tocante às empresas do nosso Município. No último Relatório de Contas verificou-se que havia dívidas a empresas do Município muito para além de 90 dias, daí que, a Bancada do PS, na Assembleia Municipal, fica a aguardar que o Executivo Camarário a informe de que aderiu ao proposto Programa de Apoio à Economia Local, de acordo com a Lei 43/2012, de 28 de agosto.”-----

Pelo Senhor Rui Manuel Madeira dos Santos, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Sobre Fixação das taxas de IMI, lançamento da Derrama e participação no IRS, para o ano de 2013. -----

Os eleitos da CDU votaram favoravelmente as propostas apresentadas pela Câmara Municipal pelas seguintes razões:-----

1. Concordam com a opção de não ocorrer em 2013 um agravamento das taxas do IMI, quer para os prédios avaliados quer para os restantes, dada a situação muito difícil que as famílias e os cidadãos estão a viver.-----

2. Concordam com a manutenção dos valores da Derrama e do IRS pois são verbas já estabelecidas em anos anteriores e visando contribuir para a execução da imensa obra social que o município tem vindo a desenvolver.-----

Os eleitos da CDU não deixam de registar o despudor dos eleitos do PS no órgão executivo municipal expressa na declaração de voto que tivemos conhecimento. -----

Foi a governação do PS quem retirou sucessivamente verbas aos municípios estimando-se em cerca de 840 milhões de euros nos últimos anos da sua governação pelo incumprimento da Lei de Finanças Locais.”-----

--- **c) Participação Variável no IRS – Fixação da Percentagem;** -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um** – Definir para o ano de

2013 a taxa de 5% para a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município. -----

FUNDAMENTOS: De acordo com os nºs 1 e 2 do artigo 20 da Lei nº. 2/2007, de 15 de janeiro e o disposto na alínea h) do nº. 2 do artigo 53 e na alínea a) do nº.6 do artigo 64 da Lei nº.169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº.5-A/2002, de 11 de janeiro.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e dois dos eleitos do PSD, senhor Nuno Alexandre Vilhena Braz e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

Cinco abstenções, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Maria Dulce Rito Almeida, eleita do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “A Bancada do PS absteve-se, tendo em conta também a fundamentação da declaração de voto dos Vereadores do PS, e, tal como os mesmos, estamos cá para fiscalizar e apreciar determinadas medidas que nos parecem urgentes, em especial no tocante às empresas do nosso Município. No último Relatório de Contas verificou-se que havia dívidas a empresas do Município muito para além de 90 dias, daí que, a Bancada do PS, na Assembleia Municipal, fica a aguardar que o Executivo Camarário a informe de que aderiu ao proposto Programa de Apoio à Economia Local, de acordo com a Lei 43/2012, de 28 de agosto.”-----

Pelo Senhor Rui Manuel Madeira dos Santos, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Sobre Fixação das taxas de IMI, lançamento da Derrama e participação no IRS, para o ano de 2013. -----

Os eleitos da CDU votaram favoravelmente as propostas apresentadas pela Câmara Municipal pelas seguintes razões:-----

1. Concordam com a opção de não ocorrer em 2013 um agravamento das taxas do IMI, quer para os prédios avaliados quer para os restantes, dada a situação muito difícil que as famílias e os cidadãos estão a viver.-----

2. Concordam com a manutenção dos valores da Derrama e do IRS pois são verbas já estabelecidas em anos anteriores e visando contribuir para a execução da imensa obra social que o município tem vindo a desenvolver.-----

Os eleitos da CDU não deixam de registar o despudor dos eleitos do PS no órgão executivo municipal expressa na declaração de voto que tivemos conhecimento. -----

Foi a governação do PS quem retirou sucessivamente verbas aos municípios estimando-se em cerca de 840 milhões de euros nos últimos anos da sua governação pelo incumprimento da Lei de Finanças Locais.”-----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação das Atividades da Câmara Municipal nos meses de maio a julho de 2012, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dezassete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Primeira Secretária a relação, em minuta, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo Senhor Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e duas horas e cinquenta minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

